

Indicadores de Desempenho Ambiental e Social de Empresas do Setor de Energia Elétrica Brasileiro: uma Análise realizada a partir da Ótica da Teoria Institucional

Karla Kátiuscia Nóbrega de Almeida
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: kknalmeida@gmail.com

Aldo Leonardo Cunha Callado
Universidade Federal da Paraíba
E-mail: aldocallado@yahoo.com.br

Linha Temática: Controladoria no Setor Público

Resumo

A evidenciação de indicadores de desempenho social e ambiental de empresas pode ser discutida e considerada a partir de diferentes perspectivas teóricas, a exemplo da Teoria Institucional, que possibilita lançar luz sobre seus fatores determinantes. Este estudo objetivou identificar características isomórficas na divulgação de indicadores de desempenho sociais e ambientais das empresas do setor de energia elétrica, no período de 2010 a 2013. Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e bibliográfica, com abordagem predominantemente quantitativa. Para a realização desta pesquisa foram analisados 66 relatórios de sustentabilidade publicados por 21 empresas que se encontram disponíveis no banco de dados no *website* da *Global Reporting Initiative*. Constataram-se características isomórficas na divulgação de indicadores ambientais e sociais, uma vez que se observa aumento de 82% de adesão voluntária ao padrão de relatório de sustentabilidade da GRI para amostra investigada e indícios de processo de aprendizagem na obtenção de experiência do relato de sustentabilidade nos moldes da *Global Reporting Initiative*, incentivado pelo desejo de ascensão aos níveis de aplicação do modelo, podendo ser interpretado como indicativos do processo de isomorfismo normativo.

Palavras-chave: Isomorfismo; Indicadores Ambientais; Indicadores Sociais.

1. Introdução

As práticas sociais e ambientais corporativas podem ser entendidas como respostas às pressões sociais no sentido de adoção daquelas consideradas adequadas, com ou sem imposição legal. No entanto, para Epstein e Roy (2001), as empresas têm se preocupado em desenvolver estratégias de sustentabilidade e implantar ações no âmbito social e ambiental, mas não se preocupam em mensurar estas ações e verificar o seu impacto sobre o desempenho corporativo.

No âmbito ambiental e social, instituições e pesquisadores sugerem mensuração e divulgação de indicadores que contribuem para revelar o desempenho organizacional nesses aspectos. A exemplo, cita-se as diretrizes de divulgação do relatório de sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* – GRI, recomendando a divulgação de indicadores financeiros e não

financeiros da responsabilidade social corporativa; Epstein e Roy (2001) que propuseram a utilização de um *framework* para associar a estratégia e as ações operacionais de sustentabilidade ao desempenho da empresa, tanto em termos financeiros, quanto em termos socioambientais, examinando os fatores-chave para o desempenho de sustentabilidade corporativa; e Lourenço e Branco (2013) que analisaram os determinantes do desempenho de sustentabilidade das empresas listadas na BM&FBovespa.

Uma vez mensurado o desempenho de práticas sociais e ambientais corporativas e sendo divulgadas aos principais *stakeholders*, perspectivas teóricas podem contribuir para explicar e fazer inferências associadas a estas revelações. A Teoria Institucional é uma delas e se preocupa em estudar não as diferenças, mas a homogeneidade de formas e práticas nas organizações. Para DiMaggio e Powell (1983), o conceito que melhor representa o processo de homogeneização é o de isomorfismo, que se constitui em um processo de restrição que força uma unidade em uma população a se assemelhar a outras unidades que enfrentam o mesmo conjunto de condições ambientais.

Assumindo uma perspectiva diferente, Othman, Darus e Arshad (2011) constataram que esforços regulatórios tem potencial para se tornar um direcionador significativo na promoção da reputação da responsabilidade social corporativa e inferem que relatórios de responsabilidade social de empresas em países em desenvolvimento estão em convergência com as práticas de relatórios dos países desenvolvidos. Concluem que os achados do estudo contribuem para uma melhor compreensão de relações entre a reputação da responsabilidade social corporativa e as várias pressões por isomorfismo na gestão de relatórios de responsabilidade social das empresas em indústrias sensíveis.

O estudo desenvolvido por Villiers e Alexander (2014) comparou a estrutura dos relatórios de responsabilidade social corporativa de empresas mineradoras em da Austrália e África do Sul e encontraram padrões gerais similares de relatório (29 em 30 padrões de divulgação) fornecendo evidências de que o mesmo modelo de relatório em responsabilidade social corporativa é usado globalmente e que são institucionalizados através da profissionalização.

Adicionalmente, no que se refere em particular aos indicadores sociais divulgados que relatam o desempenho organizacional com seus colaboradores, Félix Jr., Miranda e Oliveira (2015) estudaram os fatores que influenciam a evidenciação voluntária de informações sobre recursos humanos e concluíram que o tamanho da companhia e o processo de divulgar ou não, por parte das companhias, o Balanço Social, são fatores que influenciam o processo de evidenciação de informações sobre recursos humanos.

Nesta perspectiva, o presente estudo apresenta como objetivo de pesquisa, identificar características isomórficas na divulgação de indicadores de desempenho sociais e ambientais do campo organizacional estudado.

Apesar da existência de discussões e pesquisas que versam sobre divulgação de informações socioambientais. Esta ainda se encontra carente de aperfeiçoamento, principalmente quanto à sua transparência e credibilidade, fomentando o debate sobre os fatores determinantes de sua ocorrência, no qual a teoria institucional pode contribuir, justificando, portanto, a proposta deste estudo.

Além desta introdução, o artigo se encontra estruturado da seguinte forma: a seção seguinte apresenta uma revisão de literatura sobre divulgação de indicadores de desempenho socioambiental à luz da Teoria Institucional. A seção 3 descreve os procedimentos metodológicos, com a descrição da amostra. Na seção 4 são analisados os resultados e, por fim, apresenta-se a conclusão com sugestões para futuras pesquisas.

2. Divulgação de Indicadores de Desempenho Socioambiental sob a Ótica da Teoria Institucional

Para Frezzati *et al.* (2009), a Teoria Institucional compreende um conjunto de construtos teóricos advindos principalmente da economia, da sociologia e da ciência política e possui três correntes fundamentais: a Velha Economia Institucional, a Nova Economia Institucional e a Nova Sociologia Institucional. De acordo com os pressupostos, indicam que na primeira, o indivíduo é o centro de análise e assume-se que ele afeta a construção das instituições e que é modelado por ela; na segunda, a Nova Economia Institucional, apesar da racionalidade do indivíduo, sua capacidade cognitiva é restrita e atua sob as instituições econômicas que estruturam o seu comportamento; e, por fim, a Nova Sociologia Institucional estuda como o ambiente institucional, composto de normas, crenças, tradições e necessidades de legitimidade, afeta o comportamento das organizações.

Para os fins que norteiam este trabalho, a abordagem adotada será a da Nova Sociologia Institucional, cujo principal conceito é o de isomorfismo. Para Dimaggio e Powell (1983), são dois os tipos de isomorfismo: Competitivo e Institucional. O isomorfismo competitivo pressiona as comunidades em direção a uma adaptação ao mundo exterior; suas principais forças que as organizações devem levar em consideração são as outras organizações. Quanto ao isomorfismo institucional, este pode ser: coercitivo, mimético e normativo.

O isomorfismo coercitivo resulta tanto de pressões formais quanto informais exercidas sobre as organizações das quais elas dependem, e pelas expectativas culturais da sociedade em que as organizações atuam. O isomorfismo mimético ocorre quando, em função da incerteza, as organizações tendem a copiar padrões e processos que foram utilizados em outras organizações. O isomorfismo normativo deriva principalmente da profissionalização crescente dos trabalhadores, cujos futuros estão inextricavelmente ligados ao destino das organizações que os empregam, podendo afetar a adoção das suas práticas.

Quanto ao isomorfismo normativo, Villiers e Alexander (2014) observam que este caminha lado a lado com a profissionalização, formação específica e associação profissional para socializar indivíduos em crenças comuns sobre o que constitui normas aceitas. E exemplificam que programas de MBA ensinam normas semelhantes; conselhos de contabilidade incentivam semelhantemente.

Os tipos de isomorfismo tem sido alvo de várias pesquisas, tais como o estudo de Oulasvirta (2014) que analisou a relutância da Finlândia na adoção das Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, à luz da Teoria Institucional. Concluiu que o fator mais importante foi a longa e bem desenvolvida tradição de contabilidade do setor público na Finlândia que resistiu às pressões para mudar a instituição da contabilidade governamental nacional. As pressões domésticas e internacionais miméticas e normativas não foram fortes o suficiente para iniciar um processo de desinstitucionalização.

Costa *et al.* (2014) identificaram que as empresas analisadas apresentam postura semelhante nos discursos ambientais, sugerindo evidências de posturas isomórficas na divulgação ambiental das empresas de alto impacto ambiental listadas na BM&FBovespa, considerando o período de 2011 a 2013.

O estudo de Sampaio *et al.* (2012) constatou aumento no volume de informações socioambientais no período de 2005 a 2009 para as empresas que exploram a atividade de mineração. Os autores apesar de terem encontrado evidências da presença de isomorfismo com relação aos indicadores sociais internos e externos nos relatórios anuais e de sustentabilidade. Não foi possível verificar um processo isomórfico entre os indicadores ambientais e de atendimento às diretrizes do GRI nesses relatórios.

Parente *et al.* (2014) examinaram o nível de *disclosure* de sustentabilidade das empresas de energia elétrica no período de 2008 a 2011 com vistas a verificação da ocorrência de

isomorfismo no *disclosure* de sustentabilidade dos relatórios da GRI. Constataram evidências de isomorfismo entre: os indicadores essenciais e os adicionais somente em 2011; os indicadores da dimensão econômica em todo o período analisado; na dimensão social, em 2011; e nos indicadores ambientais em 2008, 2010 e 2011. Concluíram pela aceitação da hipótese de que há tendência de processo isomórfico no *disclosure* da sustentabilidade da GRI em empresas do setor de energia elétrica.

No que se refere ao campo organizacional de energia elétrica, observa-se que dentre as hipóteses de preditores no nível de campo propostas por Dimaggio e Powell (1983), duas podem contribuir para o debate sobre isomorfismo na divulgação ambiental e social desse setor, a saber: quanto mais as organizações em um campo interagem com as agências governamentais, maior o grau de isomorfismo no campo como um todo; e quanto maior o grau de profissionalização de um campo, maior a quantidade de mudanças isomórficas institucionais.

Sabe-se que o setor de energia elétrica é amplamente regulamentado e, através de agência governamental, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, também fiscalizado, o que pode contribuir com maior grau de isomorfismo esperado. No que se refere à divulgação de informações sociais e ambientais, a ANEEL, através da Resolução Normativa n.º 605, de 11 de março de 2014, aprova o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, no qual está incluído o Manual de Elaboração do Relatório Anual de Responsabilidade Social.

Quanto à hipótese de maior grau de profissionalização em um campo organizacional fomentar o isomorfismo, esta também pode ser discutida no setor de energia elétrica para explicar o comportamento no relato de informações socioambientais. Calixto (2013) analisou comparativamente as informações socioambientais divulgadas por companhias estabelecidas na Argentina, Brasil, Chile, México e Peru e constatou que as organizações estabelecidas no Brasil são as que mais destacam o tema nos seus relatórios, argumentando que o apoio de ONGs que se especializaram em difundir o tema, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o IBASE e outros, exerceram papel fundamental na difusão e na profissionalização dessas ações entre as companhias brasileiras. Tal resultado pode corroborar para incentivar práticas isomórficas na divulgação de informações socioambientais do setor elétrico brasileiro.

Cabe ressaltar que as empresas da amostra divulgaram suas informações ambientais nos moldes do Relatório de Sustentabilidade da GRI, com adesão voluntária e fazendo a equivalência com as exigências da ANEEL para o setor, neste quesito. Esse relatório, segundo suas diretrizes, estabelece um modelo amplamente aceito para divulgação de informações econômicas, sociais e ambientais de uma organização, e em seu conteúdo, apresenta indicadores de desempenhos nas dimensões citadas (econômicas, sociais e ambientais) além de outros itens.

As diretrizes para elaboração de relatórios de sustentabilidade da GRI também se dedicam a orientar a instituição relatora sobre a qualidade do mesmo para o fomento da desejada transparência aos *stakeholders*. Uma dessas orientações recomenda que quando da finalização de um relatório, os responsáveis pela sua execução deverão declarar qual o nível de aplicação da estrutura da GRI, através do sistema de níveis de aplicação GRI, representado por três letras, C, B ou A para retratar aos diferentes graus de experiência dos responsáveis pela elaboração dos relatórios, principiante, intermediário ou experiente, respectivamente. Ainda pode ser acrescido o “sinal mais” (+) em cada letra, caso a instituição relatora tenha recorrido a processos externos de garantia de fidelidade do relatório, como a contratação de empresas de auditoria, por exemplo.

Ressalta-se que, conforme as referidas diretrizes facultam, a auto-declaração da instituição relatora sobre inserção em determinado nível de aplicação da GRI poderá usar uma ou ambas as opções: solicitar que uma entidade externa de avaliação forneça uma opção acerca da auto-declaração; e solicitar que a GRI examine a auto-declaração.

Corrêa *et al.* (2012) constataram que a adoção ao relatório de sustentabilidade da GRI no Brasil vem evoluindo, tanto na implantação como na evolução dos níveis dos relatórios, uma vez que o número de empresas estão procurando legitimá-los por meio do maior nível C+, B+ e A+,

como forma de propiciar maior credibilidade das informações socioambientais aos seus *stakeholders*.

Uma das principais diferenças entre os níveis de aplicação da GRI está na quantidade mínima de indicadores para divulgação, em que para o nível C, exige-se apenas 10 indicadores, para o nível B mínimo de 20 indicadores e para o nível A todos os indicadores essenciais e do suplemento setorial. Tal sistemática pode ser considerada como uma construção do conhecimento e experiência paulatinos, em que cada etapa representa a oportunidade para aperfeiçoamento da divulgação de informações socioambientais revestidas da almejada transparência e credibilidade.

Pesquisas tem discutido o processo de evidenciação de informações socioambientais a partir de diferentes aspectos, sendo um deles aqueles dedicados à identificação dos fatores determinantes da divulgação do relatório de sustentabilidade. Slewinski, Golçalves e Sanches (2015) constataram que as variáveis, “tamanho” e “níveis de governança corporativos” constituem discriminantes entre os *clusters*, por representarem as condições para compreensão da influência que *stakeholders* exercem sobre a empresa e como as empresas respondem a essas influências.

O propósito deste estudo procura encontrar nuances de práticas isomórficas na divulgação de indicadores ambientais e sócias das empresas de energia elétrica, como sendo um de seus fatores determinantes na busca por legitimidade.

3. Procedimentos Metodológicos

O estudo proposto assume a classificação, dentre aquelas consideradas por Beuren (2004), como sendo descritiva, documental e bibliográfica, com abordagem predominantemente quantitativa. O caráter documental se materializa através da análise dos relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra, obtidos na base de dados disponibilizada no *website* da GRI (www.database.globalreporting.org), opção *GRI Reporting List*.

Os relatórios coletados se referem ao período de 2010 a 2013, estruturados segundo modelo estabelecido nas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade (GRI-G3). Optou-se por não incluir o ano de 2014 uma vez que a partir desse ano, houve mudanças no modelo de relatório que passa a ser estruturado segundo as Diretrizes para Relato de Sustentabilidade (GRI-G4).

Para estudos relativos à Teoria Institucional, é necessário a escolha de um campo organizacional que, segundo Dimaggio e Powell (1983) pode ser entendido como organizações que, em conjunto, constituem uma área reconhecida da vida institucional e exemplifica como fornecedora-chave, consumidores de recursos e produtos, agências regulatórias e outras organizações que produzam serviços e produtos similares. Neste último exemplo se inclui a população escolhida para a pesquisa.

As empresas integrantes do estudo são as sociedades anônimas, cadastradas na BM&FBovespa no setor de utilidade pública, subsetor de energia elétrica, que publicaram relatórios de sustentabilidade no modelo GRI-G3 e que constam no referido banco de dados. No total, 21 empresas que publicaram 66 relatórios no período de 2010 a 2013, sendo 11 em 2010, 16 em 2011, 19 em 2012 e 20 em 2013.

A escolha pelo subsetor de energia elétrica se deve ao fato de que representam um dos grupos mais populosos cadastrados na BM&FBovespa e se insere em um contexto operacional que produz impactos ao meio ambiente, sendo classificadas pela Lei n.º 10.165/2000 como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais no nível médio.

No modelo GRI-G3, tem-se 79 indicadores, referentes às dimensões econômica, social e ambiental. Neste estudo, optou-se por considerar os indicadores ambientais e os referentes às práticas trabalhistas e trabalho decente (incluídos nos indicadores sociais), o que resultou na

análise de 45 indicadores, sendo 27 essenciais e 18 adicionais. O Quadro 1 detalha os aspectos de cada indicador analisado.

Quadro 1 – Identificação dos indicadores ambientais e sociais analisados

Indicador	Aspecto	Quantidade de Indicadores Essenciais	Quantidade de Indicadores Adicionais	Pontuação Máxima Possível
Ambiental	Materiais	2	0	4
	Energia	2	3	10
	Água	1	2	6
	Biodiversidade	2	3	10
	Emissão, Efluentes e Resíduos	7	3	20
	Produtos e Serviços	3	0	6
	Transporte	0	1	2
	Geral	0	1	2
	Subtotal	17	13	60
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (social)	Emprego	3	1	8
	Relações Trabalhistas	2	0	4
	Saúde e Segurança no Trabalho	2	2	8
	Treinamento e Educação	1	2	6
	Diversidade e Igualdade de Oportunidade	1	0	2
	Igualdade de Remuneração para Mulheres e Homens.	1	0	2
	Subtotal	10	5	30
Total Geral		27	18	90

Fonte: Elaboração própria, baseada nas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI-G3 e Parente *et al.* (2014)

A última coluna do Quadro 1 resulta da aplicação de metodologia utilizada por Parente *et al.* (2014) para atribuição de uma pontuação à cada indicador evidenciado, na qual, atribui-se “0” para o indicador não evidenciado, o valor “1” para a evidenciação parcial e o valor “2” para evidenciação total. Cabe ressaltar que a classificação do indicador como evidenciação parcial ou total/completa foi auto-declarada pelas empresas da amostra, em seus próprios relatórios de sustentabilidade, especificamente, no índice GRI. A ausência dessa indicação motivou considerar peso “1” para o indicador, o que pode se constituir limitação da pesquisa pela suscetibilidade da subjetividade dos resultados.

Assim, a pontuação de cada empresa foi estabelecida por meio da razão entre a pontuação obtida pela empresa e a pontuação máxima possível. Os resultados foram analisados por meio da estatística descritiva com o auxílio do SPSS.

4. Resultados da Pesquisa

Esta seção se destina a analisar os dados coletados segundo metodologia adotada para atingir ao objetivo proposto pelo presente estudo. A Tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas, segregadas por ano analisado, dos indicadores ambientais e sociais analisados.

Tabela 1 – Estatísticas descritivas dos indicadores analisados

Anos	N.º Relatórios	Estatística Descritiva	Indicadores Ambientais	Indicadores Sociais
2010	11	Média	0,5091	0,5697
		Desvio Padrão	0,3051	0,2003
		Coefficiente de Variação	59,93%	35,16%
		Máximo	1,0000	0,9000

		Mínimo	0,1500	0,3333
2011	16	Média	0,4250	0,5417
		Desvio Padrão	0,2058	0,2549
		Coefficiente de Variação	48,42%	47,10%
		Máximo	0,7667	0,9333
		Mínimo	0,1333	0,1000
2012	19	Média	0,6105	0,7228
		Desvio Padrão	0,2222	0,2401
		Coefficiente de Variação	36,36%	33,22%
		Máximo	1,0000	1,0000
		Mínimo	0,1667	0,1333
2013	20	Média	0,5125	0,5900
		Desvio Padrão	0,3067	0,2806
		Coefficiente de Variação	59,84%	47,56%
		Máximo	1,0000	1,0000
		Mínimo	0,0833	0,1000
Média do período			0,52	0,61

Fonte: dados da pesquisa, 2015.

De acordo com os dados apresentados na Tabela 1, observa-se aumento da adesão de publicação de relatórios de sustentabilidade no padrão GRI que, no ano de 2010, 11 relatórios se encontravam publicados na base de dados do *Global Reporting Initiative* e, no ano de 2013, 20 empresas o fizeram, representando um acréscimo de 82% no período. Apesar desse aumento, o nível de evidenciação mediano para os indicadores ambientais foi de 52%, enquanto que para os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente de 61%. Parente *et al.* (2014) encontraram um nível mais alto para os indicadores ambientais de 69%.

No que se refere aos indicadores ambientais, nos anos de 2010, 2012 e 2013, o máximo evidenciado foi de 100%, em que 6 empresas divulgaram todos os indicadores essenciais e adicionais, sendo 2, 1 e 3 empresas, para cada ano, respectivamente. Os menores percentuais de evidenciação foram obtidos por 1 empresa em cada ano, com 15% para o ano de 2010, 13% em 2011, 17% em 2012 e 8% em 2013 (Tabela 1).

Para os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente, conforme dados dispostos na Tabela 1, os menores percentuais de evidenciação ficaram por conta de uma empresa para cada ano que atingiram 33%, 10%, 13% e 10%, para 2010, 2011, 2012 e 2013, respectivamente. Apenas quatro empresas, 2 em 2012 e 2 em 2013 alcançaram 100% de evidenciação nesses indicadores.

Verificou-se, na Tabela 1, que os indicadores ambientais e sociais analisados apresentaram coeficientes de variação acima de 30%, indicando elevada dispersão, segundo critério adotado por Martins (2002). Os indicadores ambientais tem maior coeficiente de variação do que os sociais, assim como observado em Parente *et al.* (2014). Entretanto, diverge deste no que se refere a variabilidade constante no período de análise.

Dentre os indicadores analisados, observaram-se aqueles mais relatados nos relatórios de sustentabilidade pesquisados, classificado como evidenciação plena. Os resultados são apresentados nas Tabelas 2 e 3.

Tabela 2 – Quantitativo de relatórios que evidenciaram plenamente os indicadores ambientais, segregados em essenciais e adicionais.

Painel A – Indicadores Ambientais Essenciais					
Indicador	Relatórios		Indicador	Relatórios	
	Quantidade	%		Quantidade	%
EN1	15	23	EN19	23	35
EN2	17	26	EN20	22	33
EN3	30	45	EN21	27	41
EN4	30	45	EN22	31	47
EN8	32	48	EN23	24	44
EN11	25	38	EN26	30	45
EN12	27	41	EN27	18	27
EN16	28	42	EN28	33	50
EN17	24	36			

Painel B - Indicadores Ambientais Adicionais					
Indicador	Relatórios		Indicador	Relatórios	
	Quantidade	%		Quantidade	%
EN5	15	23	EN15	23	35
EN6	21	32	EN18	24	36
EN7	13	20	EN24	25	38
EN9	27	41	EN25	20	30
EN10	17	26	EN29	18	27
EN13	30	45	EN30	37	56
EN14	28	42			

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 2, se observa que nenhum indicador ambiental, seja ele essencial ou adicional teve sua evidenciação em 100% dos relatórios. Para aqueles essenciais, a metade dos relatórios analisados (50%), como percentual máximo, evidenciou plenamente o indicador EN28, que se refere a informações sobre multas e sanções por não conformidade com leis e regulamentos ambientais; e o indicador EN1, relativo a informações sobre materiais usados por peso ou volume, foi evidenciado plenamente por apenas 23% dos relatórios analisados, sendo este o menor percentual para os indicadores ambientais essenciais. Esses resultados podem sugerir dificuldades no relato do indicador EN1 decorrentes do contexto operacional da amostra, bem como a adesão ao relato sobre sanções ambientais podem decorrem da não existência delas, uma vez que o setor é considerado de médio impacto ambiental.

Quanto aos indicadores ambientais adicionais, 56% dos relatórios da amostra consideram que evidenciaram plenamente o EN30, referente aos investimentos e gastos em proteção ambiental que visam prevenir, reduzir, controlar e documentar aspectos, impactos e perigos ambientais, tais como despesas com certificação externa de sistemas de gestão ambiental, pesquisa e desenvolvimento, despesas extras em compras verdes, dentre outras. Como menor percentual, em 20% dos relatórios consideram ter evidenciado plenamente o EN7, que trata das iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas. Apesar de algumas empresas considerarem tal indicador como não aplicável, o que pode justificar o baixo percentual de relatos que o evidenciam, outras, a exemplo da Cemig S.A. relataram investir em programas de eficiência energética que orienta um dos integrantes da sua cadeia produtiva *downstream*, no caso seus clientes, como hospitais, conjuntos habitacionais de baixa renda, etc, a reduzirem o uso de materiais com consumo alto de energia (chuveiros elétricos, por exemplo).

A Tabela 3 apresenta o quantitativo de relatórios analisados que evidenciaram plenamente os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente.

Tabela 3 – Quantitativo de relatórios que evidenciaram plenamente os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente, segregados em essenciais e adicionais.

Painel A - Indicadores Sociais Essenciais					
Indicador	Relatórios		Indicador	Relatórios	
	Quantidade	%		Quantidade	%
LA1	25	38	LA7	19	29
LA2	17	26	LA8	38	58
LA15	09	14	LA10	34	52
LA4	35	53	LA13	31	47
LA5	28	42	LA14	32	48

Painel B - Indicadores Sociais Adicionais					
Indicador	Relatórios		Indicador	Relatórios	
	Quantidade	%		Quantidade	%
LA3	39	59	LA11	27	41
LA6	35	53	LA12	38	58
LA9	35	53			

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

Os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente apresentaram maior adesão nos relatórios analisados, quando comparados aos ambientais, 45% em média evidenciaram os indicadores sociais contra 37% relacionados aos ambientais. No que se referem aqueles considerados essenciais, o painel A da Tabela 3 apresenta que 58% dos relatórios analisados, como maior percentual, considerou o indicador LA8 como evidenciado plenamente e apenas 14% dos relatórios o fizeram para o LA15. O primeiro indicador, o LA8, refere-se a programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves. Já o LA15, refere-se ao retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença maternidade/paternidade, discriminados por gênero.

O baixo percentual de relatórios que evidenciaram plenamente esta informação (o mais baixo de todos os indicadores ambientais e sociais analisados) pode sugerir que, apesar da existência de legislação, em âmbito nacional, que disciplina o assunto, a sua aplicação, conforme a versão 3.1 das Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade varia conforme a interpretação dos empregadores e empregados, além do governo, podendo desestimular mulheres e homens a usufruir desse direito, através de práticas do empregador que afetam sua segurança no emprego, sua remuneração e sua carreira. Conseqüentemente, a não evidenciação plena desse indicador pode sinalizar desfavoravelmente a empresa relatora.

Para os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente, do tipo adicionais, o painel B da Tabela 3 apresenta que 59% dos relatórios consideraram que evidenciaram plenamente o indicador LA3, referente aos benefícios oferecidos a empregados de tempo integral, diferenciado daqueles ofertados a empregados temporários ou em regime de meio período. A adesão para esse indicador pode refletir as práticas usuais das empresas da amostra em iniciativas de ofertas de benefícios, tais como plano de saúde, seguro de vida, fundo de aposentadoria, com o intuito de reter talentos. Dentre os indicadores adicionais, o painel B ainda apresenta que 41% dos relatórios analisados consideraram evidenciar plenamente o LA11 (menor percentual para os adicionais) que relata os programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira, podendo sugerir ainda tímidas iniciativas nas empresas da amostra, a exemplo de programas de apoio à transição para empregados que estão se aposentando. A título ilustrativo cita-se o relatado pela Cemig S.A. em seu relatório de 2013 que declarou a promoção do Programa de Preparação para Aposentadoria.

Ainda com relação a programas que fomentam a aprendizagem contínua dos colaboradores, ressalta-se a decorrente profissionalização que, por sua vez, também contribui

para o processo isomórfico entre as instituições, mas especificamente o isomorfismo normativo. Conforme exemplifica Frezatti *et al.* (2009), a adoção de métricas de indicadores ambientais sugeridas por determinada instituição não governamental da área de meio ambiente pode afetar a adoção de práticas corporativas.

Por exemplo, cita-se o informado pela Empresa Renova Energia, que no seu relatório de sustentabilidade de 2011, declara ser esse o primeiro ano de adoção da modelagem da GRI e descreve o processo de elaboração do mesmo através de um grupo de trabalho criado especificamente para esse fim, que com encontros e debates internos e com *stakeholders* obtiveram a coleta das informações necessárias para subsidiar o referido relatório, revelando um processo de aprendizagem que culminou na ascensão da empresa do nível C de aplicação das normas e do modelo da *Global Reporting Initiative* (GRI), em 2011, para o nível B, no ano seguinte.

Considerando o isomorfismo normativo associado à profissionalização, Villiers e Alexander (2014) constataram que a liderança das empresas australianas e sul-africanas na amostra do seu estudo é dominada por indivíduos com níveis educacionais comuns e associações profissionais. E consideram que estes indivíduos são susceptíveis de compartilhar normas semelhantes a respeito de uma gama de temas de gestão, incluindo um compartilhado entendimento a respeito do tratamento ou normas em torno de questões de relatórios de responsabilidade social corporativa, incluindo padrões apropriados para tanto.

Por fim, os resultados dispostos na Tabela 4 apresentam as médias, por ano, do indicador de evidenciação (calculado conforme metodologia), segregado em essenciais e adicionais.

Tabela 4 – Médias do indicador de evidenciação, por ano, segregado em essenciais e adicionais

Período	Indicadores GRI	Número	Média
2010	Essenciais	27	0,5118
	Adicionais	18	0,5556
2011	Essenciais	27	0,4699
	Adicionais	18	0,4549
2012	Essenciais	27	0,6608
	Adicionais	18	0,6286
2013	Essenciais	27	0,5472
	Adicionais	18	0,5250

Fonte: Dados da pesquisa, 2015.

De acordo com os resultados apresentados na Tabela 4, observam-se as médias de evidenciação dos indicadores essenciais superiores ao dos adicionais, entre 2011 a 2013, corroborando com o entendimento de que os indicadores essenciais são aplicados à maioria das organizações, enquanto que os adicionais não são. A exceção a esta constatação foi o ano de 2010, quando houve superioridade da média de evidenciação de indicadores adicionais (55%) em relação aos essenciais (51%). Parente *et al.* (2014) também encontraram médias de *disclosure* dos indicadores essenciais superiores às médias de evidenciação dos indicadores adicionais e consideram que seus resultados mostram o alto potencial de aderência dos indicadores mais destacados nos relatórios da GRI.

5. Conclusões

O presente estudo objetivou identificar características isomórficas na divulgação de indicadores de desempenho sociais e ambientais do campo organizacional estudado. Com base na revisão de literatura e nos dados analisados é possível considerar características isomórficas na divulgação de indicadores ambientais e sociais, uma vez que se observa aumento de 82% da

adesão voluntária ao padrão de relatório de sustentabilidade da GRI para amostra estudada, entre os anos de 2010 a 2013.

Entretanto, apesar desse aumento, o nível de evidenciação mediano para os indicadores ambientais foi de 52%, enquanto que para os indicadores sociais de práticas trabalhistas e trabalho decente de 61%, considerado baixo e com elevada dispersão entre as empresas. Observou-se uma tendência a evidenciação preponderante de indicadores essenciais em detrimento dos adicionais, podendo ser justificada pelo entendimento de que os indicadores essenciais são aplicados à maioria das organizações, enquanto que os adicionais não.

Tais resultados podem sugerir necessidade de melhoria na qualidade informativa, isto é, maior conformidade ou aderência aos indicadores da GRI, como também indícios de processo de aprendizagem na obtenção de experiência do relato de sustentabilidade nos moldes da *Global Reporting Initiative*, incentivado pelo desejo de ascensão aos níveis de aplicação do modelo, podendo ser interpretado como indicativos do processo isomórfico normativo.

Para futuras pesquisas, sugerem-se estudos comparativos do nível de evidenciação de indicadores socioambientais de empresas de energia elétricas nacionais e de outros países. Estudos comparativos de evidenciação de indicadores ambientais entre empresas de vários setores, com diferentes níveis de impacto ambiental, para confirmação ou não do entendimento de que empresas ambientalmente sensível divulgam um nível maior de informações ambientais em comparação com as empresas dos setores de baixo impacto ambiental.

Referências

BOLINO, Mark C.; TURNLEY, William H. Old faces, new places: equity theory in cross-cultural contexts. **Journal of Organizational Behavior**. v.29, n.1, p. 29-50, 2008

BRASIL, Lei n.º 10.165. 27 de dezembro de 2000. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília. 2000.

BURGWAL, Dion Van de.; VIEIRA, Rui José Oliveira. Determinantes da Divulgação Ambiental em Companhias Abertas Holandesas. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 25, n. 64, p. 60-78, 2014.

CALIXTO, Laura. A divulgação de Relatórios de Sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. **Revista de Administração**. São Paulo. v. 48, n. 4, p. 828-842, out/dez, 2013.

CORRÊA, Rosany et al. Evolução dos Níveis de Aplicação de Relatórios de Sustentabilidade (GRI) de Empresas do ISE/Bovespa. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**. Rio de Janeiro. v. 7, n. 2, , p. 24-40, jul/dez 2012.

COSTA, Benedito Manoel do Nascimento et al. Discurso das Práticas Ambientais e Isomorfismo nas Empresas de Alto Impacto Ambiental Listadas na BM&Fbovespa. **XVI ENGEMA – Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente**. Dez/2014.

DIMAGGIO, Paul J.; POWELL, Walter. The Iron Cage Revisited: Institutional Isomorphism and Collective Rationality in Organizational Fields. **American Sociological Review**. V.48, n. 02, p. 147-160, 1983

EPSTEIN, M. J.; ROY, M- J. Sustainability in Action: identifying and measuring the key drivers of success. **Long Range Planning**, v. 34, p. 585–604, 2001.

FÉLIX JÚNIOR, Luiz Antonio.; MIRANDA, Luiz Carlos.; OLIVEIRA, Marcos Roberto Gois de. Divulgação de Informações sobre Recursos Humanos e os Fatores que Influenciam sua Evidenciação Voluntária. **IX Congresso ANPCONT**. Curitiba, jun/2015.

GONÇALVES, Rodrigo de Souza.; MEDEIROS, Otávio Ribeiro de.; NIYAMA, Jorge Katsumi.; WEFFORT, Elionor Farah Jreige. Social Disclosure e Custo de Capital Próprio em Companhias Abertas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Finanças – USP**, São Paulo, v. 24, n. 62, p. 113-124, maio/jun./jul./ago, 2013.

LANGEVIN, Pascal.; MENDOZA, Carla. How can management control system fairness reduce managers_ unethical behaviours?. **European Management Journal**. v.31, p 209-222, 2013.

LOURENÇO, I. C.; CASTELO BRANCO, M. Determinants of corporate sustainability performance in emerging markets: the Brazilian case. **Journal of Cleaner Production**, v. 57, n. 15, p.134-141, 2013.

OTHMAN, Suaini.; DARUS, Faizah.; ARSHAD, Roshayani. The influence of coercive isomorphism on corporate social responsibility reporting and reputation. **Social Responsibility Journal**. v. 7, n.1, p. 118-135, 2011.

OULASVIRTA, Lasse. The reluctance of a developed country to choose International Public Sector Accounting Standards of the IFAC. A critical case study. **Critical Perspectives on Accounting**. v. 25, p. 272-285, 2014.

PARENTE, Paulo Henrique Nobre et al. Teoria Institucional e Disclosure de Sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. **RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia**. Joaçaba. v. 13, n. 3, p. 889-918, set/dez 2014.

ROSSONI, Luciano; MACHADO-DA-SILVA, Clóvis L. Institucionalismo Organizacional e Práticas de Governança Corporativa. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Curitiba, Edição Especial, p. 173 a 198, 2010.

SAMPAIO, Márcio Santos et al (2012). Evidenciação de Informações Socioambientais e Isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**. v. 8, n. 1, p. 105-122, jan/mar 2012.

SLEWINSKI, Evelise.; GONÇALVES, Marguit Neumann.; SANCHES, Simone Leticia Raimundini. Determinantes da Divulgação do Relatório de Sustentabilidade ou do Relato Integrado das Empresas Listadas na BM&FBovespa. **IX Congresso Anpcont**. Curitiba, jun/2015.

VILLIERS, Charl de.; ALEXANDER, Deborah. The institutionalisation of corporate social responsibility reportingq. **The British Accounting Review**. v. 46, p 198-212, 2014.